

ANTÔNIO JOSÉ DOS REIS**FILIAÇÃO:** Almerinda Alves de Assis e Manoel Celestino dos Reis**DATA E LOCAL DE NASCIMENTO:** 15/12/1925, Alegre (ES)**ATUAÇÃO PROFISSIONAL:** operário**ORGANIZAÇÃO POLÍTICA:** não se aplica**DATA E LOCAL DE MORTE:** 7/10/1963, Ipatinga (MG)**BIOGRAFIA**

Nascido em Alegre (ES), Antônio José dos Reis era casado com Tereza Gomes, com quem teve dois filhos: Milton e Eva. Em busca de melhores condições de vida, a família mudou-se para Ipatinga (MG), passando a residir no bairro de Bom Jardim. Antônio trabalhava na Construtora Vale do Piracicaba S/A (Convap) desde 3 de junho de 1963. Morreu aos 38 anos de idade, em ação perpetrada por agentes do Estado.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 26 de outubro de 2004, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu, por meio do Processo nº 120/04, a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Antônio José dos Reis. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Em sua homenagem, seu nome foi atribuído a uma rua no bairro do Trevo, na cidade de Belo Horizonte. Em 22/10/2013, a Câmara Municipal de Ipatinga aprovou o projeto de Lei nº 154/2013, outorgando seu nome a uma Unidade Básica de Saúde, localizada no bairro de Esperança.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

Antônio José dos Reis morreu em 7 de outubro de 1963 no episódio conhecido como “Massacre de Ipatinga”, uma operação policial realizada contra uma multidão de trabalhadores grevistas, formada por mais de cinco mil metalúrgicos e operários da construção civil, que protestavam contra as condições indignas de trabalho impostas pela empresa siderúrgica Usiminas. Sabe-se que ao menos oito pessoas morreram e 90 ficaram feridas.

A Usiminas foi inaugurada no dia 16 de outubro de 1962, como parte do projeto de industrialização previsto pelo Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961). A construção da siderúrgica no pequeno município mineiro de Coronel Fabriciano, do qual o distrito de Ipatinga fazia parte à época, iniciou-se em 1958 e gerou significativos impactos para sua população que, na década de 1950, era cerca de trezentos habitantes. Se inicialmente a empresa foi vista como um espaço de novas oportunidades e um vetor para o desenvolvimento da região, a realidade logo expôs uma série de problemas, frutos da explosão demográfica e da ausência de investimentos sociais necessários para suprir a falta de infraestrutura local. As condições de vida dos trabalhadores, vindos de todo o Brasil, eram marcadas pelas precárias condições de trabalho, pelos baixos salários e pela constante repressão policial. Os alojamentos destinados aos

operários eram pequenos e apertados. O transporte e a alimentação eram igualmente ruins. Os trabalhadores viajavam em caminhões sempre lotados e suas refeições eram de péssima qualidade. Eram ainda recorrentes casos de abusos de autoridade e de violência física contra os trabalhadores por parte da Polícia Militar, presença constante na porta da empresa. As dificuldades impostas pela Usiminas para a sindicalização dos trabalhadores e o tratamento diferenciado dado a chefes, engenheiros e policiais militares também contribuíam para aumentar o clima de revolta dos trabalhadores.

O contexto de generalizada insatisfação foi agravado, quando na noite do dia 6 de outubro de 1963, ao final do expediente, os operários foram submetidos a uma dura e humilhante revista. Enquanto os caminhões responsáveis pelo transporte dos trabalhadores para suas residências apressavam a saída diante da forte chuva que caía, os trabalhadores foram obrigados a permanecer em fila indiana e esperar por um longo tempo para que pudessem, um a um, serem revistados antes de deixarem a empresa. Segundo relatos, os vigilantes instruídos pela direção da empresa teriam armado a situação como represália à primeira assembleia dos trabalhadores da Usiminas, realizada naquela tarde, sob a coordenação do Sindicato dos Metalúrgicos de Coronel Fabriciano (Metasita). Durante a reunião, foram feitas muitas críticas à administração local da empresa, cujo responsável era Gil Guatimosin Júnior, diretor de relações exteriores da siderúrgica. As circunstâncias da revista acirraram os ânimos dos operários que, receosos de perderem a condução, tentaram forçar a saída. Foram imediatamente reprimidos de forma violenta por policiais do Regimento da Cavalaria de Ipatinga, que se encontravam próximos ao local, já de prontidão. Houve um princípio de confusão, os policiais armados agiram com violência, desferindo chutes e jogando os cavalos para cima dos trabalhadores. Após a normalização da situação na porta da empresa, a Polícia decidiu realizar ações de patrulhamento

em alguns alojamentos. Inicialmente, os policiais seguiram para o alojamento localizado no bairro de Santa Mônica. Como o local só tinha uma entrada, os trabalhadores, percebendo a chegada da tropa, bloquearam a passagem com móveis e tonéis e quebraram as lâmpadas para dificultar a ação policial. A tropa recuou e deslocou-se para o alojamento da Chicago Bridge, empreiteira que prestava serviços à Usiminas. Lá, cerca de 300 trabalhadores foram humilhados, presos e levados para a delegacia, onde foram colocados em um pátio, debaixo de chuva e espancados. A notícia das prisões espalhou-se, alimentando o clima de enfrentamento. Diante da situação, o Comandante da Polícia Militar do Destacamento de Ipatinga, Robson Zamprogno, ordenou o recuo das forças policiais e solicitou que a negociação com os trabalhadores fosse feita pelo padre Avelino Marques, pároco da Igreja do bairro do Horto. Por seu intermédio, foi possível alcançar um acordo momentâneo que assegurava que os trezentos trabalhadores detidos fossem soltos e que, no dia seguinte, seria realizada uma reunião entre os representantes dos trabalhadores e da Usiminas.

No início do dia 7 de outubro de 1963, os trabalhadores, movidos pela indignação dos acontecimentos da véspera, organizaram um protesto pacífico em frente ao portão principal da empresa. Por volta das 8 horas da manhã, já havia mais de 5 mil trabalhadores reunidos. Desde cedo, a tropa da Polícia Militar de Minas Gerais encontrava-se de prontidão no local, mas apenas haviam sido mobilizados doze policiais. Posteriormente, a tropa recebeu reforços, totalizando dezenove policiais, que portavam pistolas e uma metralhadora giratória em cima de um caminhão. Temendo o início de um confronto, lideranças dos trabalhadores, juntamente com o padre Avelino, negociaram com os representantes da Usiminas a retirada da tropa policial do local. Após longa negociação, com a presença do diretor da empresa, Gil Guatimosin Júnior, o capitão Robson Zamprogno aceitou a retirada, sob a condição de que a polícia não fos-

se vaiada. Ficou decidido que tanto os policiais quanto os empregados iriam se dispersar simultaneamente. Por volta das 10 horas da manhã, o caminhão que levava os policiais preparava-se para partir, quando enguiçou. A situação acirrou ainda mais a tensão entre a polícia e os trabalhadores, gerando um princípio de confusão. Nesse momento, o 2º Tenente do Regimento da Cavalaria Militar, Jurandir Gomes de Carvalho, comandante da tropa, deu um tiro para o alto, buscando intimidar a multidão de grevistas. Quando finalmente o caminhão andou, a tropa disparou tiros indiscriminadamente em direção aos trabalhadores, utilizando-se de uma metralhadora giratória.

No dia do conflito, Antônio havia saído de casa às 4 horas da manhã, como de costume, para pegar a condução até o trabalho. Ao passar pelas proximidades da Usiminas, foi atingido por tiros da polícia e faleceu no mesmo dia. Sua esposa ficou sabendo do ocorrido por meio de um colega de serviço de Antônio, Irineu, que estava presente no momento do tiroteio.

As outras vítimas identificadas do massacre foram: Aides Dias de Carvalho; Eliane Martins; Antônio José dos Reis; Geraldo da Rocha Gualberto; Gilson Miranda; José Isabel Nascimento; e Sebastião Tomé da Silva. Depoimentos prestados à CNV apontaram para a possibilidade de um número de vítimas fatais maior do que o oficial. Gerulino França de Souza, João Flávio Neto e Fábio Rodrigues de Souza seriam possíveis casos de desaparecimento ligados ao episódio.

Logo após o massacre, as autoridades prometeram realizar uma rigorosa investigação sobre os fatos. Contudo, com o golpe militar de abril de 1964, a apuração das responsabilidades pelas mortes no massacre foi interrompida e todos os policiais militares envolvidos no episódio foram absolvidos pela Justiça Militar no dia 17 de setembro de 1965. A partir de então, foi imposto um duradouro silêncio sobre o episódio.

Mais recentemente, em 2004, a CEMDP apreciou e aprovou, por unanimida-

de, o caso de cinco das oito vítimas fatais do Massacre de Ipatinga. Os familiares de três vítimas (Aides Dias de Carvalho, Eliane Martins e Gilson Miranda) não apresentaram demanda perante a comissão. Em suas análises, os relatores entenderam que, com as alterações introduzidas pela Lei nº 10.875/2004, que estabeleceu duas novas possibilidades de indenização (morte por suicídio cometido na iminência da prisão ou em decorrência de tortura; e mortes em passeatas e manifestações reprimidas pela polícia), não importava, para fins de reconhecimento da responsabilidade do Estado, saber quem determinou ou como se iniciou o conflito. Com efeito, “a ação ou reação policial de disparar contra uma multidão desarmada não poderia ter outra consequência senão as várias mortes e inúmeros feridos”.

Os restos mortais de Antônio José dos Reis foram enterrados no cemitério de Bom Jardim, em Ipatinga.

LOCAL DE MORTE

Em via pública, em frente a Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (Usiminas), localizada na cidade de Ipatinga, MG.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. CADEIA DE COMANDO DO(S) ÓRGÃO(S) ENVOLVIDO(S) NA MORTE

1.1. POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Governador do estado de Minas Gerais:
Magalhães Pinto

Secretário de Segurança Pública do estado de Minas Gerais: Caio Mário da Silva Pereira

Comandante-geral da Polícia Militar do estado de Minas Gerais: coronel José Geraldo de Oliveira

Comandante do destacamento da Polícia Militar em Ipatinga: Robson Zamprogno

Comando de operação da Polícia Militar: tenente Jurandir Gomes de Carvalho

2. AUTORIA DE GRAVES VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

NOME	ÓRGÃO	FUNÇÃO	CONDUTA PRATICADA PELO AGENTE	LOCAL DA GRAVE VIOLAÇÃO	FONTE DOCUMENTAL/TESTEMUNHAL SOBRE A AUTORIA
Joaquim Félix de Carvalho.	Polícia Militar do estado de Minas Gerais.	Soldado da Polícia Militar.	Atirou indiscriminadamente contra a multidão de trabalhadores que protestavam em frente à portaria da Usiminas.	Em via pública. Usiminas, Ipatinga (MG).	Denúncia criminal apresentada pelo Ministério Público Militar em 16/12/1963. Arquivo CNV, 00092.003136/2014-01, v. 1, p. 14.
Jurandir Gomes de Carvalho.	Polícia Militar do estado de Minas Gerais.	Tenente e Comandante da Cavalaria da Polícia Militar.	Atirou indiscriminadamente contra a multidão de trabalhadores que protestavam em frente à portaria da Usiminas.	Em via pública. Usiminas, Ipatinga (MG).	Denúncia criminal apresentada pelo Ministério Público Militar em 16/12/1963. Arquivo CNV, 00092.003136/2014-01, v. 1, p. 14.
Moacir Gomes de Almeida.	Polícia Militar do estado de Minas Gerais.	Soldado da Polícia Militar.	Atirou indiscriminadamente contra a multidão de trabalhadores que protestavam em frente à portaria da Usiminas.	Em via pública. Usiminas, Ipatinga (MG).	Denúncia criminal apresentada pelo Ministério Público Militar em 16/12/1963. Arquivo CNV, 00092.003136/2014-01, v. 1, p. 14.
Sebastião Cândido.	Polícia Militar do estado de Minas Gerais.	Soldado da Polícia Militar.	Atirou indiscriminadamente contra a multidão de trabalhadores que protestavam em frente à portaria da Usiminas.	Em via pública. Usiminas, Ipatinga (MG).	Denúncia criminal apresentada pelo Ministério Público Militar em 16/12/1963. Arquivo CNV, 00092.003136/2014-01, v. 1, p. 14.
José Maria Francisco.	Polícia Militar do estado de Minas Gerais.	Cabo da Polícia Militar.	Atirou indiscriminadamente contra a multidão de trabalhadores que protestavam em frente à portaria da Usiminas.	Em via pública. Usiminas, Ipatinga (MG).	Denúncia criminal apresentada pelo Ministério Público Militar em 16/12/1963. Arquivo CNV, 00092.003136/2014-01, v. 1, p. 14.
José Felix Gaspar.	Polícia Militar do estado de Minas Gerais.	Soldado da Polícia Militar.	Atirou indiscriminadamente contra a multidão de trabalhadores que protestavam em frente à portaria da Usiminas.	Em via pública. Usiminas, Ipatinga (MG).	Denúncia criminal apresentada pelo Ministério Público Militar em 16/12/1963. Arquivo CNV, 00092.003136/2014-01, v. 1, p. 14.
Argentino Teodoro Tavares.	Polícia Militar do estado de Minas Gerais.	Soldado da Polícia Militar.	Atirou indiscriminadamente contra a multidão de trabalhadores que protestavam em frente à portaria da Usiminas.	Em via pública. Usiminas, Ipatinga (MG).	Denúncia criminal apresentada pelo Ministério Público Militar em 16/12/1963. Arquivo CNV, 00092.003136/2014-01, v. 1, p. 14.
Francisco Torres Dutra.	Polícia Militar do estado de Minas Gerais.	Soldado da Polícia Militar.	Atirou indiscriminadamente contra a multidão de trabalhadores que protestavam em frente à portaria da Usiminas.	Em via pública. Usiminas, Ipatinga (MG).	Denúncia criminal apresentada pelo Ministério Público Militar em 16/12/1963. Arquivo CNV, 00092.003136/2014-01, v. 1, p. 14.

NOME	ÓRGÃO	FUNÇÃO	CONDUTA PRATICADA PELO AGENTE	LOCAL DA GRAVE VIOLAÇÃO	FONTE DOCUMENTAL/TESTEMUNHAL SOBRE A AUTORIA
Floricio Fornaciari.	Polícia Militar do estado de Minas Gerais.	Soldado da Polícia Militar.	Atirou indiscriminadamente contra a multidão de trabalhadores que protestavam em frente à portaria da Usiminas.	Em via pública. Usiminas, Ipatinga (MG).	Denúncia criminal apresentada pelo Ministério Público Militar em 16/12/1963. Arquivo CNV, 00092.003136/2014-01, v. 1, p. 14.
Milton Souto da Silva.	Polícia Militar do estado de Minas Gerais.	Soldado da Polícia Militar.	Atirou indiscriminadamente contra a multidão de trabalhadores que protestavam em frente à portaria da Usiminas.	Em via pública. Usiminas, Ipatinga (MG).	Denúncia criminal apresentada pelo Ministério Público Militar em 16/12/1963. Arquivo CNV, 00092.003136/2014-01, v. 1, p. 14.
José Gomes Vidal.	Polícia Militar do estado de Minas Gerais.	Soldado da Polícia Militar.	Atirou indiscriminadamente contra a multidão de trabalhadores que protestavam em frente à portaria da Usiminas.	Em via pública. Usiminas, Ipatinga (MG).	Denúncia criminal apresentada pelo Ministério Público Militar em 16/12/1963. Arquivo CNV, 00092.003136/2014-01, v. 1, p. 14.
Sebastião Campêlo de Oliveira.	Polícia Militar do estado de Minas Gerais.	Soldado da Polícia Militar.	Atirou indiscriminadamente contra a multidão de trabalhadores que protestavam em frente à portaria da Usiminas.	Em via pública. Usiminas, Ipatinga (MG).	Denúncia criminal apresentada pelo Ministério Público Militar em 16/12/1963. Arquivo CNV, 00092.003136/2014-01, v. 1, p. 14.
José Rodrigues.	Polícia Militar do estado de Minas Gerais.	Soldado da Polícia Militar.	Atirou indiscriminadamente contra a multidão de trabalhadores que protestavam em frente à portaria da Usiminas.	Em via pública. Usiminas, Ipatinga (MG).	Denúncia criminal apresentada pelo Ministério Público Militar em 16/12/1963. Arquivo CNV, 00092.003136/2014-01, v. 1, p. 14.
João Clementino Silva.	Polícia Militar do estado de Minas Gerais.	Soldado da Polícia Militar.	Atirou indiscriminadamente contra a multidão de trabalhadores que protestavam em frente à portaria da Usiminas.	Em via pública. Usiminas, Ipatinga (MG).	Denúncia criminal apresentada pelo Ministério Público Militar em 16/12/1963. Arquivo CNV, 00092.003136/2014-01, v. 1, p. 14.
João Medeiros.	Polícia Militar do estado de Minas Gerais.	Soldado da Polícia Militar.	Atirou indiscriminadamente contra a multidão de trabalhadores que protestavam em frente à portaria da Usiminas.	Em via pública. Usiminas, Ipatinga (MG).	Denúncia criminal apresentada pelo Ministério Público Militar em 16/12/1963. Arquivo CNV, 00092.003136/2014-01, v. 1, p. 14.
Odeíno Gomes.	Polícia Militar do estado de Minas Gerais.	Soldado da Polícia Militar.	Atirou indiscriminadamente contra a multidão de trabalhadores que protestavam em frente à portaria da Usiminas.	Em via pública. Usiminas, Ipatinga (MG).	Denúncia criminal apresentada pelo Ministério Público Militar em 16/12/1963. Arquivo CNV, 00092.003136/2014-01, v. 1, p. 14.
Elson Valeriano.	Polícia Militar do estado de Minas Gerais.	Soldado da Polícia Militar.	Atirou indiscriminadamente contra a multidão de trabalhadores que protestavam em frente à portaria da Usiminas.	Em via pública. Usiminas, Ipatinga (MG).	Denúncia criminal apresentada pelo Ministério Público Militar em 16/12/1963. Arquivo CNV, 00092.003136/2014-01, v. 1, p. 14.

NOME	ÓRGÃO	FUNÇÃO	CONDUTA PRATICADA PELO AGENTE	LOCAL DA GRAVE VIOLAÇÃO	FONTE DOCUMENTAL/TESTEMUNHAL SOBRE A AUTORIA
Osvaldo Ferrarez de Castro.	Polícia Militar do estado de Minas Gerais.	Soldado da Polícia Militar.	Atirou indiscriminadamente contra a multidão de trabalhadores que protestavam em frente à portaria da Usiminas.	Em via pública. Usiminas, Ipatinga (MG).	Denúncia criminal apresentada pelo Ministério Público Militar em 16/12/1963. Arquivo CNV, 00092.003136/2014-01, v. 1, p. 14.
José Cirilo Borges.	Polícia Militar do estado de Minas Gerais.	Soldado da Polícia Militar.	Atirou indiscriminadamente contra a multidão de trabalhadores que protestavam em frente à portaria da Usiminas.	Em via pública. Usiminas, Ipatinga (MG).	Denúncia criminal apresentada pelo Ministério Público Militar em 16/12/1963. Arquivo CNV, 00092.003136/2014-01, v. 1, p. 14.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. DOCUMENTOS QUE ELUCIDAM CIRCUNSTÂNCIAS DA MORTE

IDENTIFICAÇÃO DA FONTE DOCUMENTAL	TÍTULO E DATA DO DOCUMENTO	ÓRGÃO PRODUTOR DO DOCUMENTO	INFORMAÇÕES RELEVANTES
Arquivo CNV, Arquivo CNV, 00092.003136/2014-01, v.1, pp. 11-115.	Termo de Inquirição de Testemunha. Depoimento prestado pelo Padre Avelino Marques no Inquérito Policial Militar sobre o Massacre de Ipatinga, 11/10/1963.	Polícia Militar do estado de Minas Gerais.	Relata os acontecimentos que resultaram no Massacre de Ipatinga de Ipatinga, narrando os eventos ocorridos no dia anterior e as circunstâncias da reunião realizada no interior da empresa no dia 7/10/1963.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0012_0006, p. 95.	Reportagem de Jornal: “Ipatinga quer reabrir o massacre de 63”, 13/9/1999.	<i>Diário da tarde.</i>	Crítica o esquecimento do massacre de Ipatinga em nossa história e questiona o número oficial de mortos.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0017_0001, pp. 27-43.	Trabalho de conclusão do curso de Comunicação Social/ Jornalismo da UFMG por Paulo Sérgio Silva de Assis: “40 anos Massacre de Ipatinga”, 7/10/2003.	UFMG.	A série de reportagens relata as circunstâncias do Massacre de Ipatinga, os episódios anteriores, o dia do conflito e suas consequências.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0017_0001, p. 6.	Certidão de óbito de Antônio José dos Reis, referente ao registro de óbito feito em 7/10/1963, anexada ao Processo da CEMDP no 120/2004, 24/6/2004.	Registro Civil do Estado de Minas Gerais, Município de Ipatinga.	Atesta a morte de Antônio José dos Reis por “fratura da base do crânio”.

2. TESTEMUNHOS À CNV E ÀS COMISSÕES ESTADUAIS, MUNICIPAIS E SETORIAIS

IDENTIFICAÇÃO DA TESTEMUNHA	FONTE	INFORMAÇÕES RELEVANTES
Hélio Mateus Ferreira (trabalhador da construção civil em Ipatinga na época dos fatos e sobrevivente do massacre).	BRASIL. CNV. Depoimento prestado perante a CNV em audiência pública. Ipatinga, 7/10/2013. Arquivo CNV, 00092.001877/2014-40.	O testemunho contribuiu para a reconstrução dos fatos no dia do massacre. Hélio foi atingido pelos tiros da polícia, mas sobreviveu, pois a carteira que levava no bolso amorteceu o projétil.
Elias Silvino de Souza (operário da Usiminas na época dos fatos e sobrevivente do massacre).	BRASIL. CNV. Depoimento prestado perante a CNV em audiência pública. Ipatinga, 7/10/2013. Arquivo CNV, 00092.001877/2014-40.	O testemunho contribuiu para a reconstrução dos fatos no dia do massacre. Elias foi atingido no peito por um tiro da polícia.
Francisco Fonseca (operário da Usiminas na época dos fatos e sobrevivente do massacre).	BRASIL. CNV. Depoimento prestado perante a CNV em audiência pública. Ipatinga, 7/10/2013. Arquivo CNV, 00092.001877/2014-40.	O testemunho contribuiu para a reconstrução dos fatos no dia do massacre. Além disso, evidenciou que houve perseguição política em Ipatinga contra figuras políticas de maior destaque depois do massacre.
Aldir Albano (ex-sindicalista e sobrevivente do massacre).	BRASIL. CNV. Depoimento prestado perante a CNV em audiência pública. Ipatinga, 7/10/2013. Arquivo CNV, 00092.001877/2014-40.	O testemunho evidenciou a constante repressão policial empreendida contra os trabalhadores da Usiminas, inclusive no seu cotidiano.
Hélio Madaleno (atual diretor do Sindipa, o sindicato dos metalúrgicos da Usiminas. Sobrevivente do massacre).	BRASIL. CNV. Depoimento prestado perante a CNV em audiência pública. Ipatinga, 7/10/2013. Arquivo CNV, 00092.001877/2014-40.	Em seu depoimento, Hélio Madaleno ressaltou a continuidade de algumas estruturas da repressão até os dias de hoje.
Edson Oliveira (integrante da Associação dos Trabalhadores Anistiados de MG e do Fórum Memória e Verdade do Vale do Aço).	BRASIL. CNV. Depoimento prestado perante a CNV em audiência pública. Ipatinga, 7/10/2013. Arquivo CNV, 00092.001877/2014-40.	Em seu depoimento, Edson Oliveira destacou o enorme silêncio que paira sobre o massacre de Ipatinga e ressaltou a importância de se reconstruir essa história.
José Deusdeth Chaves (morador de Ipatinga desde 1948 e líder sindical nos anos após o massacre).	BRASIL. CNV. Depoimento prestado perante a CNV em audiência pública. Ipatinga, 7/10/2013. Arquivo CNV, 00092.001877/2014-40.	Em seu depoimento, José Deusdeth destacou a forte repressão exercida pela Usiminas contra os trabalhadores. A empresa contava na época com uma equipe de vigilantes que torturava e prendia os trabalhadores, exercendo verdadeiro poder de polícia. Afirmou também que os casos de tortura eram recorrentes após o golpe de 1964.
José Horta de Carvalho (operário da Usiminas na época dos fatos e sobrevivente do massacre).	BRASIL. CNV. Depoimento prestado perante a CNV em audiência pública. Ipatinga, 7/10/2013. Arquivo CNV, 00092.001877/2014-40.	O testemunho contribuiu para a reconstrução dos fatos no dia do massacre. Além disso, José Horta destacou que a repressão contra os trabalhadores era uma constante em suas vidas.
Edvaldo Fernandes (historiador, autor do livro <i>Massacre de Ipatinga – passo a passo</i>).	BRASIL. CNV. Depoimento prestado perante a CNV em audiência pública. Ipatinga, 7/10/2013. Arquivo CNV, 00092.001877/2014-40.	O depoimento contribuiu para a reconstrução dos fatos no dia do massacre. Abordou três pontos principais: as causas do massacre, as dimensões do massacre e a relação existente entre este episódio e o golpe militar de 1964.
José das Graças Oliveira (operário da Usiminas na época dos fatos e sobrevivente do massacre).	BRASIL. CNV. Depoimento prestado perante a CNV em audiência pública. Ipatinga, 7/10/2013. Arquivo CNV, 00092.001877/2014-40.	O depoimento contribuiu para a reconstrução dos fatos no dia do massacre. José das Graças relatou que foi baleado e ficou quase trinta dias no hospital.

3. DEPOIMENTOS DE MILITARES E SERVIDORES PÚBLICOS À CNV E ÀS COMISSÕES ESTADUAIS, MUNICIPAIS E SETORIAIS

IDENTIFICAÇÃO DO DEPOENTE	FONTES	INFORMAÇÕES RELEVANTES
Clay Villian (motorista, dono do caminhão Opel que transportou tropas da PM para o portão da empresa Usiminas no dia do massacre).	BRASIL. CNV. Depoimento prestado perante a CNV em audiência pública. Ipatinga, 7/10/2013. Arquivo CNV, 00092.001877/2014-40.	O depoimento contribuiu para esclarecer a atuação da Polícia Militar de MG no dia do massacre. Segundo o depoente, o uso de seu caminhão foi contratado pela Usiminas em 1963 e colocado a serviço da cavalaria da Polícia Militar. No dia 7 de outubro, Clay Villian afirmou ter sido o responsável por dirigir o caminhão que levava os policiais até o local onde ocorria a greve.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Antônio José dos Reis foi executado por agentes do Estado brasileiro no episódio conhecido como “Massacre de Ipatinga”.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Antônio José dos Reis, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.